

Comissão dos Direitos Humanos da OAM

Conversou com o acusado

Afinal Amade foi mesmo torturado!

28 de Fevereiro de 2019

(Maputo) Acusado pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) e pela Procuradoria Distrital de Macomia de cometimento de crimes de violação de segredo do Estado por meios informáticos e instigação pública a um crime com uso de meios informáticos”, o que equivale à acusação de espionagem a favor dos grupos terroristas que operam em Cabo Delgado desde Outubro de 2017, o jornalista Amade Abubacar terá sido mesmo torturado pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). A tortura terá acontecido especialmente no quartel de Mueda, lugar para onde foi levado minutos depois de ter sido “raptado” no terminal de autocarros de Macomia, quando se encontrava a fotografar e a entrevistar pessoas que chegavam fugindo dos ataques armados em várias aldeias daquele distrito do norte de Cabo Delgado. Amade Abubacar denunciou as torturas de que teria sido vítima a uma delegação da comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique, que decidiu ir a Cabo Delgado para ouvir o acusado e acompanhar o processo, tendo em conta a necessidade de observância plena dos direitos humanos. Amade Abubacar denunciou à comissão que, no quartel de Mueda, os militares descarregavam, sempre que entendessem, a fúria deles contra o jornalista. Mais do que física, a tortura contra Abubacar incidiu sobre aspectos psicológicos, com ameaças constantes de que, a qualquer momento, ser-lhe-ia dado um destino sem regresso. “Talvez não tenha acontecido no âmbito do interrogatório. Mas alguns militares, tendo uma vítima a sua frente, descarregavam a sua fúria” – disse o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAM, que chefiou a missão a Cabo Delgado, Ricardo Moresse. Além desta situação, o jornalista, actualmente detido na cadeia de Mize, o maior estabelecimento penitenciário de Cabo Delgado, terá denunciado, igualmente, ter passado por severas situações de fome. Até para conseguir responder às perguntas na primeira audição, depois de treze dias sem qualquer processo aberto, o jornalista teve de ser alimentado primeiro, depois de ter dito ao procurador que não estava em condições de falar devido à fome que sentia. Ele teria, por muito tempo, sido impedido e alimentar-se e para isso os agentes simplesmente não lhe davam alimentação. Para Ricardo

Moresse, independentemente da situação em torno da qual é acusado, questões relacionadas com a observância de direitos humanos não devem ser postas em causa.

Aliás, Moresse diz ter notado um tratamento bastante parcial ao caso pelos órgãos de administração da justiça, muito por culpa da agitação em Cabo Delgado. Ou seja, aquele mandatário da OAM aponta haver interferências políticas no seguimento do caso Amade Abubacar. Diante disto e recordando que a prisão continua com todos os requintes de ilegalidade, deixou o seguinte apelo: “Quer o MP, quer os tribunais, que façam o seu trabalho de forma imparcial porque, em algum momento, notamos que há interferência política na atuação desses órgãos”. E mais “se o Amade for culpado, as instituições da justiça devem agir com imparcialidade, independentemente da agitação que se vive naquela região do país. Que se faça o trabalho com alguma frieza e haja distância entre aquilo que é a lei e aquilo que são as situações que se vivem naquela região”. Enquanto isso, à lista das entidades nacionais e internacionais que juntaram a sua voz à exigência de imediata libertação de Amade Abubacar, investigação e consequente punição dos que estão por detrás da detenção ilegal e das torturas contra o jornalista, juntaram também as Nações Unidas, através da sua comissão dos direitos humanos. “Em altura de ameaças crescentes aos jornalistas e à mídia independente, a prisão de Amade Abubacar e as alegações de seus maus-tratos são extremamente preocupantes”, disse o relator especial da ONU sobre a liberdade de expressão, David Kaye, e Presidente do Grupo de Trabalho em Detenção Arbitrária, Seong-Phil Hong, em comunicado publicado pelo Gabinete do Alto-Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas. parabéns

MediaFAX, pág. 4/8, ed. 6741